



32º CONGRESSO
DE SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO
ESTADO DE
SÃO PAULO

15ª Mostra de
Experiências
Exitosas dos
Municípios

8º Prêmio
David
Capistrano

"30 anos de SUS: SUStentabilidade para garantia do Direito à Saúde
Aumento do financiamento federal e estadual!"

Atenção Básica

ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP – AVALIAÇÃO DOS FACILITADORES E BARREIRAS PARA PESSOAS COM ALTERAÇÃO DE MOBILIDADE NA PERSPECTIVA DA TERAPIA OCUPACIONAL

Débora Couto de Melo Carrijo, Adriana Francisco de Araujo, Elaine Cristina Silva, Rosana Aparecida Caitano, Elisandréia de Oliveira Frizoni, Caroline Ribacinko Valentim, Rebeca Mancini
1 Universidade de Araraquara - UNIARA - Universidade de Araraquara - UNIARA
Araraquara

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A PcD e/ou mobilidade reduzida tem direito constitucional de acessibilidade, sendo esse fundamental para a participação social. O Estatuto da Pessoa com Deficiência busca a garantir e a promover as condições de igualdade inclusão social e cidadania, sendo assegurada, em relação ao lazer e à saúde. Nesse sentido, o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem por objetivo a universalidade, equidade, integralidade em todos os níveis de saúde também demanda se adequar às necessidades de design universal, para garantir a acessibilidade de todo cidadão. Assim, busca com suas estratégias de gerenciamento e participação popular, reconhecer demandas ainda não atendidas. Nesse sentido, a acessibilidade deve extrapolar a disponibilidade dos recursos num determinado momento e lugar, envolvendo a possibilidade de uso de todos os serviços de acordo com suas necessidades. Assim, em 2002 o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, que, dentre diversos objetivos, busca incluir a pessoa em todas as esferas da vida de forma que a acessibilidade inclua as particularidades dos serviços de saúde que atuam como facilitadores ou barreiras para sua utilização, uma vez que essa se faz fundamental para que esta população possa acessar, de fato, o sistema de saúde. A proposta de avaliação partiu da aproximação e discussão entre Secretaria Municipal de Saúde e o curso de Terapia Ocupacional da UNIARA que realizava as ações de ensino em cenários da atenção básica no município de Araraquara. Diante da aproximação e conhecimento da Terapia Ocupacional com as questões ergonômicas e barreiras, bem como da interface do trabalho junto a PcD, foi realizada a proposta deste trabalho de avaliação dos espaços físicos do município.

OBJETIVOS

Esse estudo teve como objetivo identificar as condições de acessibilidade e barreiras arquitetônicas de 33 Unidades de Atenção Primária de Saúde do Município de Araraquara, sendo 10 Centros Municipais de Saúde e 23 Unidades de Saúde da Família.

METODOLOGIA

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um Checklist elaborado com base na NRBR 9050/2015 acompanhados de registros fotográficos dos ambientes pesquisados. A aplicação da avaliação precedeu a autorização da gerência da atenção básica do município, mediante a consulta aos gestores da unidade. As visitas foram marcadas nas unidades de saúde, conforme



32º CONGRESSO
DE SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO
ESTADO DE
SÃO PAULO

15ª Mostra de
Experiências
Exitosas dos
Municípios

8º Prêmio
David
Capistrano

“30 anos de SUS: SUStentabilidade para garantia do Direito à Saúde
Aumento do financiamento federal e estadual!”

disponibilidade dos gestores. Um relatório final com a análise de todos os dados, separados em classes: análise dos centros municipais e das Unidades de Saúde da Família foi encaminhado a gestão em saúde para a continuidade das ações voltadas as adequações e tomadas de ações frente aos dados apresentados e discutidos. O roteiro de observação contemplava a análise minuciosa do entorno e espaço interno. Sobre o espaço externo observou-se calçadas, estacionamentos, ponto de ônibus e telefones. Em relação ao espaço interno mensurou-se adequações e inadequações do vão livre da porta, área de circulação, balcão de entrada, área de aproximação do balcão e áreas de manobras para cadeira de rodas, assento, rota de emergência, conforto, iluminação e segurança; bebedouro, sala de triagem, consultórios, corredores, banheiros e farmácia.

RESULTADOS

Nas Unidades de Atenção Primária de Saúde às edificações, no geral, apresentaram condições adequadas considerando a NBR9050, com destaque para área de entrada, calçadas, pisos e banheiro. Contudo, a localização de mobiliários configuravam-se como barreiras ao acesso, limitando a entrada aos consultórios, atendimentos em balcões, uso das salas de espera e utilização dos banheiros adaptados. Observou-se durante as avaliações a importância da atitude e iniciativa dos profissionais ao considerarem as possibilidades de mudanças nos espaços físicos (consultório) a fim de proporcionar autonomia e independência no que diz respeito ao uso por parte de usuários do serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos resultados à luz das normas da ABNT, foi possível conhecer as condições de acessibilidade das Unidades de Atenção Primária de Saúde do Município de Araraquara, identificando limitações do planejamento dos espaços dos Centros Municipais de saúde, o que se configura de forma diferente da rede de saúde da família, possivelmente por essas últimas serem unidades de construção mais recentes. Foi possível conhecer a relevância da manutenção das condições de sinalização, conservação de pisos e consciência dos trabalhadores envolvidos na atenção à saúde na rede municipal de saúde de Araraquara. Para o terapeuta ocupacional, evidencia-se a necessidade da minimização de barreiras físicas e atitudinais para melhorar o desempenho e participação das população com mobilidade reduzida em toda a rede de atenção à saúde. Mostra ainda a importância desta ação em outras unidades/municípios para fomentar processos de facilitação da participação da PcD em espaços de saúde, estudo, trabalho e lazer e não apenas o contexto domiciliar, conforme preconiza o SUS.